

Concurso Público com Publicidade Internacional

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO, ENVELOPAGEM E EXPEDIÇÃO
DE FATURAS, AVISOS DE CORTE, CARTAS E OUTRAS COMUNICAÇÕES
COMERCIAIS**

PRC 61/2022

CADERNO DE ENCARGOS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a

Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços de impressão, envelopagem e expedição de faturas, avisos de corte, cartas e outras comunicações comerciais.

Cláusula 2.^a

Contrato

- I. O contrato integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelo(s) concorrente(s) e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos e os seus anexos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo adjudicatário.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pela entidade adjudicante nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º I da presente cláusula.

Cláusula 3.^a

Prazo contratual

1. Sem prejuízo da manutenção das obrigações acessórias que perdurem para além do seu termo, o contrato tem a duração inicial de 12 (doze) meses, cessando no final desse período ou até perfazer o limite do preço contratual, consoante o evento que ocorrer em primeiro lugar, sem prejuízo de eventuais renovações conforme previsto no ponto seguinte.
2. O contrato pode ser renovado até 2 (duas) vezes, por um período de 12 meses, com o limite máximo de vigência de 36 (trinta e seis) meses.
3. O contrato é automaticamente renovado, salvo denúncia do contrato por parte da Contraente Pública com 30 (trinta) dias de antecedência em relação ao término do prazo inicial ou do que esteja a decorrer.
4. A notificação a que alude o número anterior deverá ser efetuada por escrito, podendo ocorrer, inclusivamente, por qualquer meio de transmissão eletrónica de dados.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

Cláusula 4.^a

Obrigações do Cocontratante

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente caderno de encargos e respetivos anexos, constituem obrigações principais do Cocontratante as seguintes:
 - a) Impressão de faturas, avisos de corte, cartas e outras comunicações comerciais (os respetivos modelos e características técnicas serão fornecidas pela A.D.A.M – Águas do Alto Minho, S.A., na data de celebração do Contrato).
 - b) Envelopagem de faturas, avisos de corte, cartas e outras comunicações comerciais.
 - c) Expedição de faturas, avisos de corte, cartas e outras comunicações comerciais, via correio postal ou correio eletrónico.

- a) Garantir a cooperação com a Contraente Pública sempre que esta se proponha a verificar o cumprimento do contrato por parte do Cocontratante;
 - b) Garantir o sigilo quanto à informação a que o pessoal envolvido nos trabalhos venha a ter acesso;
 - c) Prestar as informações que forem solicitadas pela Contraente Pública;
 - d) Realizar todos os trabalhos enumerados na adjudicação, nas condições de prazo e preço contratados;
 - e) Responder por qualquer erro, deficiência ou omissão na prestação de serviços, qualquer que seja a sua origem e qualquer momento em que seja detetado;
 - f) Analisar e levar em consideração todas as situações e circunstâncias relevantes para a execução da prestação de serviços;
 - g) Identificar um gestor de Contrato para articulação com a Contraente Pública;
 - h) Garantir o sigilo quanto à informação a que o pessoal envolvido nos serviços venha a ter acesso;
2. O adjudicatário é ainda obrigado a comunicar à Entidade Adjudicante, logo que deles tenham conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações, nos termos do concurso objeto do presente caderno de encargos ou do contrato celebrado com a Contraente Pública.
3. Comunicar à Contraente Pública qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato celebrado ao seu abrigo e que altere, designadamente, a sua denominação e sede social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica ou a sua situação comercial, bem como as alterações aos contactos e moradas indicadas no contrato.
4. Disponibilizar e prestar de forma correta e fidedigna à Contraente Pública as informações relevantes para a gestão do contrato, nomeadamente referentes às condições em que o serviço é prestado.
5. A título acessório, o Cocontratante fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Subsecção II - Dever de sigilo

Cláusula 5.^a

Dever de sigilo

1. O Cocontratante obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Contraente Pública, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O Cocontratante obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O Cocontratante obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que a Contraente Pública lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 6.^a

Tratamento de dados pessoais

1. No caso de o Cocontratante necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções da Contraente Pública, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O Cocontratante não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O Cocontratante deve cumprir rigorosamente as instruções da Contraente Pública no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O Cocontratante deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra

destruição accidental ou ilícita, perda accidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.

5. O Cocontratante deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pela Contraente Pública, ou por quem atue em representação desta.
6. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
7. O Cocontratante deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente Caderno de Encargos e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, e que conhecem e se comprometem a cumprir todas as obrigações aqui previstas, sendo o Cocontratante responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
8. Mediante solicitação escrita da Contraente Pública, o Cocontratante deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
9. O Cocontratante deve comunicar de imediato à Contraente Pública quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
10. O Cocontratante encontra-se adstrito a notificar de imediato a Contraente Pública de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
11. Se o Cocontratante tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição accidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar a Contraentes Pública, por escrito, disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-a das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecendo-lhes qualquer outra informação que possam razoavelmente solicitar.

12. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao Cocontratante, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para a Contraente Pública:
- a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
 - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
 - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
13. O Cocontratante obriga-se a ressarcir a Contraente Pública por todos os prejuízos em que venham a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenham incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.
14. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do Cocontratante e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do mesmo é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pela Contraente Pública, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula 7.^a

Conservação de dados pessoais

1. O Cocontratante deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a 1 (um) ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pela Contraente Pública.
2. Dependendo da opção da Contraente Pública, o Cocontratante apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

Cláusula 8.^a

Transferência de dados pessoais

O Cocontratante não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita da Contraente Pública, exceto se for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, a Contraente Pública antes de proceder a essa transferência.

Cláusula 9.^a

Dever de cooperação

O Cocontratante deve cooperar com a Contraente Pública ou com qualquer outra empresa do Grupo AdP, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:

- a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Cocontratante em representação da Contraente Pública;
- b) Quando qualquer das empresas do Grupo AdP deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DA CONTRAENTE PÚBLICA

Cláusula 10.^a

Preço base e preço contratual

1. O preço contratual não pode ser superior a 216.473,86 EUR (duzentos e dezasseis mil quatrocentos e setenta e três euros e oitenta e seis cêntimos), face ao período máximo de vigência contratual de 36 meses, aos preços base unitários constantes do anexo III do Programa de Procedimento
2. Não obstante o preço base total fixado no número anterior são também fixados os seguintes preços base unitários:

artigo	Designação	Preço base unitário
1	Folha Branca 80 gr	0,03800
	Impressão frente e verso 1 cor	
	Dobragem e envelopagem 1 folha	
	Envelope branco formato DL dupla janela para avença	
2	Folha Branca 80 gr	0,03500
	Impressão frente 1 cor	
	Dobragem e envelopagem 1 folha	
	Envelope branco formato DL dupla janela para avença	
3	Folha Branca 80 gr	0,05000
	2 Impressões frente 1 cor	
	Dobragem e envelopagem 1 folha	
	Envelope branco formato DL dupla janela para avença	
4	Envelopagem de faturas agregadas (custos por fatura)	0,01000
5	Dobragem (adicional), por folha	0,01500
6	Envelopagem (adicional) por folha	0,01000
7	Suplemento por Impressão 1 cor, frente	0,05000
8	Suplemento por Impressão 1 cor, frente e verso	0,05000
9	Suplemento por Impressão a cores 1 face	0,01044
10	Suplemento por Impressão a cores 2 faces	0,02841
11	Folha Branca 80 gr	0,00500
12	Envelope branco formato DL sem janela RSF	0,01394

3. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a Contraente Pública deve pagar ao Cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
4. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Contraente Pública, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

5. O preço inclui ainda:

- a) Os trabalhos de preparação de informação baseada em ficheiros de texto ou outro formato estruturado e fornecidos pela A.D.A.M. – Águas do Alto Minho, S.A., ou pelo fornecedor de software;
- b) Os trabalhos de pré-processamento e/ou processamento de documentos em formato PDF, fornecidos pela A.D.A.M. – Águas do Alto Minho, S.A., e enviados individualmente ou em lote para impressão, envelopagem e expedição via correio postal;
- c) Os trabalhos de pré-processamento e/ou processamento de documentos em formato PDF, fornecidos pela A.D.A.M. – Águas do Alto Minho, S.A.,
- d) Caso ocorram necessidades de inclusão de diversos documentos num mesmo envelope, ou em necessidades de inclusão de adicionais, conjuntamente com os documentos gerados / impressos pelo prestador do serviço. Entenda-se por adicionais, materiais fornecidos pela A.D.A.M. – Águas do Alto Minho, S.A., já impressos para encarte;
- e) Os custos relativos a atualizações (alterações de layout dos documentos), nomeadamente, alteração de textos, mapeamento de campos variáveis, atualização de elementos gráficos, ou desenvolvimentos em documentos existentes e criação de novos documentos que possam vir a ocorrer, por solicitação da A.D.A.M. – Águas do Alto Minho, S.A., no decurso do período contratual.

Cláusula II.^a

Condições de pagamento

- 1. A(s) quantia(s) devida(s) pela Contraente Pública, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias após a receção pelo mesmo das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
- 2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a conclusão da prestação de serviços.
- 3. Em caso de discordância por parte da Contraente Pública quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar, por escrito, ao Cocontratante, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4. A falta de pagamento dos valores contestados pela Contraente Pública não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do Cocontratante, devendo, no entanto, a Contraente Pública proceder ao pagamento da importância não contestada.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.ºs 1 a 3, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo Cocontratante.
6. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao Cocontratante serão automaticamente suspensos por igual período.

Cláusula 12.ª

Obrigações da Contraente Pública

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, constituem obrigações principais da Contraente Pública as descritas nas cláusulas especiais do presente caderno de encargos.

SECÇÃO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 13.ª

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela Contraente Pública, a identificar no contrato.
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo Cocontratante.
3. Caso o gestor do contrato detete quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, comunica-os, de imediato, ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o Cocontratante de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

SECÇÃO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 14.^a

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela Contraente Pública, a identificar no contrato.
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo Cocontratante.
3. Caso o gestor do contrato detete quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, encontra-se habilitado a determinar ao Cocontratante que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o Cocontratante de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO III

MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 15.^a

Cessão da posição contratual e subcontratação do Cocontratante

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, o Cocontratante pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização da Contraente pública.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.
3. A Contraente Pública deve pronunciar-se sobre a proposta do Cocontratante no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.

4. Em caso de incumprimento, pelo Cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, a Contraente Pública pode determinar que o Cocontratante ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela Contraente Pública, pela ordem sequencial daquele procedimento.
5. A subcontratação pelo Cocontratante depende de autorização da Contraente Pública, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 16.^a

Sanções contratuais

- I. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a AdAM pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos e consoante o caso:
 - a) Sempre que se verifique atraso na realização das intervenções definidas na presente prestação de serviços, poderá a Contraente Pública aplicar uma pena pecuniária equivalente ao custo de 1.000 (mil) unidades do artigo 1.º do mapa de quantidades, constante do anexo III do Programa de Procedimento, por cada dia em atraso;
 - b) Por cada dia de atraso no prazo estipulado na alínea I da cláusula 29.º do presente caderno de encargos, poderá a Contraente Pública aplicar uma pena pecuniária em valor equivalente ao custo de 2.000 (dois mil) unidades do artigo 1.º do mapa de quantidades,
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Contraente Pública tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
3. O valor acumulado das sanções contratuais não pode exceder o limite máximo de 20% do preço contratual.
4. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e a Contraente Pública decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
5. A Contraente Pública pode descontar o valor das sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula nos pagamentos devidos ao Cocontratante.

6. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que a Contraente Pública exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 17.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.

2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:

- a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
- b) Sejam alheias à sua vontade;
- c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato;
- d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.

3. Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas

a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.

5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Cocontratante das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza a Contraente Pública a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do Código dos Contratos Públicos, não tendo o adjudicatário direito a qualquer indemnização

Cláusula 18.ª

Resolução do contrato por parte da Contraente Pública

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Contraente Pública pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. A Contraente Pública pode resolver o contrato designadamente no caso de atraso total ou parcial, na entrega dos bens por um prazo superior a 30 dias ou declaração escrita do Cocontratante de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo.
3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Cocontratante e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente caderno de encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pela Contraente Pública.
4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Cocontratante pode ser-lhe exigida uma pena pecuniária de até 20% (*vinte por cento*) do preço contratual.
5. Ao valor da pena referida no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Cocontratante ao abrigo da cláusula 16.ª relativamente aos serviços objeto do contrato cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução sancionatória.
6. O disposto no n.º 4 não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, não obstante a que a Contraente Pública exija uma indemnização pelos danos excedentes.

Cláusula 19.^a

Resolução do contrato por parte do Cocontratante

1. O Cocontratante pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º I do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 20.^a

Execução da caução

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos previstos no programa de procedimento, pode ser executada pela Contraente Pública sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo Cocontratante das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de sanções contratuais, ou para quaisquer outros efeitos resultantes do contrato ou da lei.
2. A resolução do contrato pela Contraente Pública não impede a execução da caução nos termos da lei ou do contrato.
3. Salvo no caso previsto no número anterior, a execução parcial ou total da caução constitui o Cocontratante na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes da execução, no prazo de 15 (*quinze*) dias após a notificação da Contraente Pública para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada no prazo de 30 (*trinta*) dias após o termo do prazo das obrigações de correção devidas pelo Cocontratante.

Cláusula 21.^a

Seguros

1. É da responsabilidade do Cocontratante a cobertura, através de contrato de seguro, dos

riscos inerentes à atividade objeto do contrato a celebrar, designadamente, de responsabilidade civil e de acidentes de trabalho garantindo a responsabilidade por danos decorrentes de ações ou omissões praticados no exercício da sua atividade conexas com o objeto desta prestação de serviços, abrangendo quaisquer pessoas de que se sirva na sua atividade

2. A Contraente Pública pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o Cocontratante prestá-la no prazo de 5 (cinco) dias.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 22.^a

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (quinze) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 23.^a

Comunicações

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre a Contraente Pública e o Cocontratante relativas ao contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, para os contactos identificados no contrato.
2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data indicada

pelos serviços postais.

3. Qualquer comunicação realizada por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

Cláusula 24.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com renúncia expressa a qualquer outro.

Cláusula 25.^a

Direito aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Cláusula 26.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULAS ESPECIAIS

Clausula 27.^a

Atividades Gerais dos Serviços e Condições da Prestação de Serviço

Os serviços objeto do presente contrato deverão ser realizados do seguinte modo:

- a) Realizar todos os trabalhos enumerados na adjudicação, nas condições de prazo e preço contratados;
- b) Proceder à afetação dos meios de acordo com a proposta;
- c) Alterar os modelos pré-impressos, na sequência de alteração, pela A.D.A.M – Água do Alto Minho, S.A., quer do layout e quer da origem dos dados;
- d) Prover à segurança da informação processada, utilizando todos os meios necessários e adequados à proteção dos dados tratados;
- e) Garantir a proteção da informação contra ataques, através das redes informáticas;
- f) Garantir o sigilo quanto à informação a que o pessoal envolvido nos trabalhos venha a ter acesso;
- g) Com a periodicidade melhor definida na proposta adjudicada (no máximo de um dia útil, que incluem o dia de entrega dos ficheiros, pela A.D.A.M – Água do Alto Minho, S.A. ao prestador de serviços), efetuar a impressão, envelopagem e entrega nos CTT ou entidade equivalente / equiparada, para a expedição postal ou via expedição via correio eletrónico.
- h) Em simultâneo, com a obrigação prevista na alínea anterior, a obrigação de gerar e disponibilizar à A.D.A.M – Água do Alto Minho, S.A., os documentos gerados em ficheiro em formato “PDF”, indexados aos ficheiros enviados pela A.D.A.M – Água do Alto Minho, S.A.
- i) Adicionar, às comunicações previstas na alínea g), outros documentos (Inserts/Adicionais) que se considerem ser necessários;
- j) Entregar diariamente (em formato Excel), um relatório do estado dos trabalhos à A.D.A.M – Água do Alto Minho, S.A., com indicação de: nome do ficheiro; data da receção do ficheiro; quantidades de impressão, documentos adicionais e envelopagem; estado dos ficheiros; data de impressão; data de envelopagem; data de expedição para os CTT ou entidade equivalente / equiparada e número

da guia dos CTT ou entidade equivalente / equiparada ou remetidos via correio eletrónico.

- k) Disponibilizar diariamente as guias dos CTT ou entidade equivalente / equiparada à A.D.A.M – Águas do Alto Minho, S.A.;
- l) Disponibilizar um contacto para resolução de anomalias com disponibilidade de 24 horas;
- m) Comprovar e manter a capacidade de produção e de "disaster recovery" para o trabalho proposto, com tempo de retenção mínimo de 90 dias.
- n) A expedição dos documentos deve ocorrer no máximo em D+1 após a receção dos ficheiros, sendo D o dia de receção dos ficheiros (considerando dias úteis).
- o) Para o acompanhamento da execução do contrato, o Prestador de Serviços fica obrigado a apresentar à A.D.A.M. – Águas do Alto Minho, S.A., o relatório diário de atividade, com a evolução de todas as operações objeto da prestação de serviços.
- p) Todos os pedidos da A.D.A.M. – Águas do Alto Minho, S.A., para alteração de modelos, processamento de ficheiros ou outros processos em curso, ou a desenvolver, devem ser respondidos no mesmo dia útil, com a indicação de prazo de execução, condições técnicas exigidas e condicionantes quando existam.
- q) Diariamente a A.D.A.M. – Águas do Alto Minho, S.A., procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
- r) Na análise a que se refere o número anterior, o prestador de serviços deve prestar à A.D.A.M. – Águas do Alto Minho, S.A., toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
- s) No caso da análise da A.D.A.M. – Águas do Alto Minho, S.A., a que se refere a alínea p) não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos no presente Caderno de Encargos, a A.D.A.M. – Águas do Alto Minho, S.A., deve disso informar, por escrito, o prestador de serviços.
- t) No caso previsto no número anterior, o prestador de serviços deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela A.D.A.M. – Águas do Alto Minho, S.A., às alterações e complementos necessários para garantir o

cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

- u) Após a realização, pelo prestador de serviços, das alterações e complementos necessários, a A.D.A.M. – Águas do Alto Minho, S.A., procede a nova análise, nos termos da alínea p).
- v) Caso a análise da A.D.A.M. – Águas do Alto Minho, S.A., a que se refere a alínea p), comprove a conformidade dos elementos entregues pelo prestador de serviços com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, a A.D.A.M. – Águas do Alto Minho, S.A., deve informar por escrito o prestador de serviços.
- w) A emissão da declaração a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos.
- x) O Prestador de Serviços fica também obrigado a apresentar à A.D.A.M. – Águas do Alto Minho, S.A., com uma periodicidade mensal, até ao 3º dia útil do mês seguinte ao da prestação do serviço, um relatório de atividade, com a evolução de todas as operações objeto da prestação de serviços e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato, contendo nomeadamente a seguinte informação:
- y) Quantidade diária de objetos recebidos da A.D.A.M. – Águas do Alto Minho, S.A., para processamento, impressão e expedição;
 - a. Quantidade diária de objetos impressos;
 - b. Quantidade diária de objetos expedidos/entregues aos CTT ou entidade equivalente / equiparada ou remetidos via correio eletrónico,
 - c. Quantidade de pdf's de faturas, um por cliente/fatura com o nome "nºcliente_nºfatura, gerados e colocados no FTP (File Transfer Protocol);
 - d. Quantidade de pdf's de avisos de corte e avisos de cobrança gerados e colocados no FTP (File Transfer Protocol).
- z) Todos os relatórios, registos, comunicações, e demais documentos elaborados pelo Prestador de Serviços devem ser integralmente redigidos em português.

Cláusula 28.^a

Zonas Geográficas de expedição dos objetos

A expedição terá por destino os Municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira.

Cláusula 29.^a

Fases da prestação de serviços

I. Os serviços objeto do contrato compreendem as seguintes fases:

- Fase I

- a) Adaptação dos ficheiros em formato TXT referentes à faturação tendo em conta o Layout da Fatura, nos modelos a fornecer pela A.D.A.M – Águas do Alto Minho, S.A., na data de celebração do Contrato, e as informações constantes do ANEXO I;
- b) Identificação no ficheiro global de entidades das faturas de uma mesma entidade para impressão e envelopagem em envelope A4 ou expedição via correio eletrónico.
- c) Implementação do sistema de transmissão de ficheiros de acordo com as regras a definir pela A.D.A.M – Águas do Alto Minho, S.A., e pelo Adjudicatário;
- d) Testes de produção, com recurso aos mecanismos apresentados pelo adjudicatário para a execução fidedigna da informação fornecida, de forma a garantir que o número de objetos rececionado é igual ao número de objetos expedidos;
- e) Mecanismo de controlo de qualidade incluindo deteção de duplicação de produção de ficheiros com o mesmo nome ainda que enviados em dias desfasados.

- Fase 2

- a) Fornecimento de papel branco A4 80 gr para impressão da fatura, em conformidade com os requisitos do ANEXO I;
- b) Impressão das faturas frente e verso a 1 (uma) cor sobre papel branco 80 gr conforme ANEXO I;
- c) Fornecimento de envelopes em formatos DL dupla janela e A4, conforme ANEXO I;

- d) Envelopagem dos documentos de acordo com o constante do ANEXO I;
- e) A inserção de um ou mais anexos, em formato A4, fornecidos pela A.D.A.M – Águas do Alto Minho, S.A., de acordo com a alínea b) da fase I;
- f) Entrega das cartas nos Correios (ou entidade equiparada) em envelope pronto ao abrigo do contrato de avença da A.D.A.M – Águas do Alto Minho, S.A., com pré-tratamento de correspondência de acordo com as exigências dos CTT ou entidade equivalente /equiparada ou a sua expedição via correio eletrónico.
- g) Impressão a 1 (uma) cor sobre papel branco 80 gr (frente) dos avisos de corte em correio registado que serão fornecidos em ficheiros PDF versão final, conforme Aviso de Corte, no modelo a fornecer pela A.D.A.M – Águas do Alto Minho S.A. na data de celebração do Contrato), envelopagem em envelope DL dupla janela e impressão da guia de expedição fornecida em formato PDF e entrega nos correios para envio em correio registado;
- h) Impressão a 1 (uma) cor sobre papel branco 80 gr (frente) de cartas e outras comunicações comerciais em correio normal ou registado que serão fornecidos em ficheiros PDF versão final, envelopagem em envelope DL dupla janela e impressão da guia de expedição fornecida em formato PDF e entrega nos correios para envio em correio registado (considerar a possibilidade de impressão a cores) ou expedição via correio eletrónico.
- i) Informação detalhada após cada processo de impressão diário, envelopagem e expedição de faturas, de acordo com o constante do ANEXO I;
- j) Em simultâneo com as anteriores obrigações, a obrigação de gerar e disponibilizar, diariamente, o suporte digital em PDF com aplicação de indexação, de todos os documentos impressos ou remetidos via correio eletrónico (faturas e outros).
- k) A obrigação de adicionar, às comunicações previstas na alínea a), outros documentos (Inserts/Adicionais) que se estimem ser necessários;
- l) Proceder à entrega de cada documento, para expedição nos CTT ou entidade equivalente / equiparada, ou via correio eletrónico no prazo máximo de 1 dia útil, após a entrega dos ficheiros dos documentos por parte da A.D.A.M, para tratamento do serviço de finishing;
- m) Entregar diariamente um relatório de estado dos trabalhos à A.D.A.M – Águas do Alto Minho, S.A., com indicação de: nome do ficheiro; data da receção do ficheiro; quantidades de impressões, documentos adicionais e envelopagens; estado dos

ficheiros; data de impressão; data de envelopagem; data de expedição para os CTT ou entidade equivalente / equiparada e número da guia dos CTT ou entidade equivalente / equiparada;

- n) Entregar diariamente as guias dos CTT ou entidade equivalente / equiparada à A.D.A.M – Águas do Alto Minho, S.A..
- o) Assegurar, pelo menos, duas entregas diárias de correspondência nos CTT ou entidade equivalente / equiparada (uma durante o período da manhã e outra no período da tarde);

2. Custos Abrangidos

- a) Os custos de desenvolvimento e implementação e, na fase de produção, os custos de alteração dos modelos pré-impressos, na sequência de alteração, pela A.D.A.M – Águas do Alto Minho, S.A., quer do Layout quer da origem dos dados, deverão ser diluídos nos preços unitários propostos.
- b) Os custos devem incluir ainda o tratamento de todos os ficheiros remetidos pela A.D.A.M – Águas do Alto Minho, S.A., e a produção de Pdf's das faturas e demais documentos produzidos e expedidos.
- c) O conceito de expedição presente no procedimento de Consulta Pública a adotar visa refletir a responsabilidade de depositar (fazer chegar) aos CTT ou a entidade equivalente / equiparada comunicada pela A.D.A.M – Águas do Alto Minho, S.A., (ou a sua remessa via correio eletrónico) os documentos alvo de finishing, e não a sua expedição para casa do cliente, pois esta está abrangida pelo procedimento próprio.
- d) Caso ocorram necessidades de inclusão de diversos documentos num mesmo envelope o preço a pagar não terá qualquer acréscimo face aos valores unitários do serviço contratado.
- e) No âmbito dos serviços de impressão, devem ser também considerados trabalhos de preparação de informação baseada em ficheiros de texto ou outro formato estruturado, provenientes da aplicação comercial e fornecidos pela A.D.A.M – Águas do Alto Minho, S.A., ou pelo fornecedor de software. O custo destas atividades que podem incluir o desenvolvimento de modelos documentais e/ou a integração de informação entre a aplicação comercial e o processo de impressão, deverão estar incluídos nos custos unitários do serviço contratado, não havendo lugar ao pagamento de qualquer valor adicional. Esta necessidade não é aplicável aos objetos com cadência de impressão mensal, com layout definido nos presentes anexos, mas

à geração e impressão em bloco de documentos ocasionais, por exemplo contas correntes de clientes.

Demonstração de Funcionamento e Testes de Aceitação

- a) A A.D.A.M – Águas do Alto Minho, S.A., por si ou através de terceiro por ela designado, procederá aos testes em conformidade com o ANEXO III, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem ao presente Caderno de Encargos e se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos nos ANEXOS I e II ao e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
- b) Durante a fase realização de testes, o Adjudicatário deve prestar à A.D.A.M – Águas do Alto Minho, S.A., toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daqueles, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
- c) Os encargos com a realização dos testes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do Adjudicatário.

3. Inoperacionalidade de Defeitos ou Discrepâncias

- a) No caso dos testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade dos serviços objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nos ANEXOS I e II ao presente Caderno de Encargos, a A.D.A.M – Águas do Alto Minho, S.A., deve disso informar, por escrito, o Adjudicatário.
- b) No caso previsto no número anterior, o Adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela A.D.A.M – Águas do Alto Minho, S.A., às alterações, substituições ou reparametrizações necessárias para garantir a operacionalidade dos serviços prestados bem como o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
- c) O estabelecido nos números anteriores não incluem os testes previstos nas fases A e B do ANEXO III.
- d) Após a realização das alterações necessárias pelo Adjudicatário, no prazo respetivo, a A.D.A.M – Águas do Alto Minho, S.A., procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos da cláusula anterior.

4. Aceitação de Serviços

- a) Caso os testes a que se refere o n.º 5 da presente cláusula, comprovem a total operacionalidade do objeto do contrato bem como a sua conformidade com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos e seus ANEXOS, deve ser emitido, no prazo máximo de 2 (dois) dias a contar do final dos testes, um auto de receção, assinado pelos representantes do Adjudicatário e da A.D.A.M – Águas do Alto Minho, S.A..
- b) Com a assinatura do auto a que se refere o número anterior, a A.D.A.M – Águas do Alto Minho, S.A., aceita que a partir dessa data, o Adjudicatário está capacitado a prestar os serviços objeto do contrato, sem prejuízo das obrigações de garantia, sigilo e outras legalmente obrigatórias ou via contrato, que impendem sobre o Adjudicatário.
- c) A assinatura do auto a que se refere o n.º 1 não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos serviços objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos e seus ANEXOS presente Caderno de Encargos.

5. Garantia de Continuidade

- a) O Adjudicatário deve garantir a continuidade da prestação de serviço que integra o objeto do contrato pelo prazo nele previsto, assegurando a reposição atempada dos materiais de stock necessários à produção.
- b) Se o Adjudicatário necessitar de prestar esses serviços através de terceiros, não previstos inicialmente no contrato, deverá informar a Entidade Adjudicante com a antecedência mínima de 10 (dez) dias, indicando o motivo.

6. Reclamações

- a) Execução do serviço, serão encaminhadas, de imediato, para o prestador do serviço que deverá resolver as causas da reclamação e assumir os encargos respetivos e a responsabilidade pelos danos (patrimoniais ou extrapatrimoniais) provocados, enviando, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, à A.D.A.M – Águas do Alto Minho, S.A., relatório sobre a situação, onde se refira as medidas que foram adotadas.
- b) As reclamações da A.D.A.M – Águas do Alto Minho, S.A., sobre serviço deficiente, sobre atrasos ou sobre outros danos decorrentes dos serviços executados pelo adjudicatário deverão ser resolvidas e assumidas pelo prestador do serviço.

- c) Perante os clientes da A.D.A.M – Águas do Alto Minho, S.A., o Adjudicatário deverá assumir os encargos respetivos e a responsabilidade pelos danos.
- d) O adjudicatário deverá ainda enviar, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, à A.D.A.M – Águas do Alto Minho, S.A., relatório sobre a situação, onde se refira as medidas que foram adotadas.

ANEXO I

Descrição da solução pretendida e parâmetros base dos serviços a disponibilizar

O concorrente deverá discriminar a solução que pretende implementar e os serviços adstritos à mesma.

O objeto do contrato incluirá no mínimo os seguintes serviços:

1. Adaptação dos ficheiros em formato eletrónico referentes à faturação da A.D.A.M – Águas do Alto Minho, S.A., tendo em conta o Layout fornecido pela entidade adjudicante e a sua origem;
2. Impressão das faturas a uma cor, frente e verso em papel branco;
3. Impressão do PDF de registo a uma cor frente em papel branco;
4. Impressão das guias de entrega do correio registado;
5. Impressão e envelopagem agregadas em envelopes A4 com resumo das faturas emitidas por entidade e envelopadas em conjunto.
6. Fornecimento de envelopes em formato DL, branco, duas janelas, com impressão de Taxa Paga, pronto a ser entregue nos CTT ou entidade equivalente / equiparada ao abrigo do contrato de avença da A.D.A.M – Águas do Alto Minho, S.A., e de acordo com a indicação desta;
7. Dobragem dos documentos (faturas e outros) e colocação no envelope referido no ponto anterior;
8. Entrega nos Correios ou entidade equiparada ou expedição via correio eletrónico;
9. Informação detalhada após cada processo de impressão, envelopagem e expedição de faturas (via correio postal ou correio eletrónico).

ANEXO II

Descrição das especificações técnicas do modo de execução dos serviços

- I. A **A.D.A.M – Águas do Alto Minho, S.A.**, com a celebração do contrato, deverá fornecer ao adjudicatário o código da Avença dos Correios ou entidade equivalente / equiparada.
- II. O adjudicatário obriga-se a executar no prazo máximo de D+I sendo “D” o dia de receção dos ficheiros, (considerando dias úteis), todos os serviços referidos no **ANEXO I**.

ANEXO III

Fases de testes

Deverão ser efetuadas as seguintes fases de testes:

Fase A – Fatura

O adjudicatário, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data da assinatura do contrato entregará à **A.D.A.M – Águas do Alto Minho, S.A.**, para aprovação, um exemplar de impresso de 10 (dez) faturas correspondente a clientes de várias modalidades de pagamento.

No prazo máximo de 2 (dois) dias a A.D.A.M informará o adjudicatário da conformidade, ou desconformidade, das referidas faturas.

Em caso de conformidade, a mesma corresponderá à aceitação do teor da fatura.

Em caso de desconformidade, a A.D.A.M. notificará quais as correções e/ou alterações a efetuar, concedendo ao adjudicatário o prazo máximo de 2 (dois) dias para a sua execução.

Fase B – Fatura mais anexos

O Adjudicatário fornecerá faturas envelopadas com anexos definidos e fornecidos pela **A.D.A.M – Águas do Alto Minho, S.A.**

Fase C – Aviso de corte

O Adjudicatário fornecerá avisos de corte envelopados acompanhados pela respetiva guia de expedição.

Fase C – Cartas ou outras comunicações

O Adjudicatário fornecerá os modelos das cartas ou outras comunicações envelopadas acompanhadas pela respetiva guia de expedição.

Fase E – Entidades

O Adjudicatário fornecerá envelopes A4 com as faturas e respetivos resumos, agrupadas pelas “X” entidades.

Fase E - Testes

A entidade adjudicante efetuará testes periódicos de verificação das quantidades encomendadas, da qualidade do serviço prestado com base nas especificações técnicas descritas no **ANEXO I**. Os testes decorrerão sempre que a **A.D.A.M – Águas do Alto Minho S.A.**, considere conveniente.

Nota: Os testes indicados nas fases anteriores ocorrerão sempre que se verificarem alterações quer na origem dos dados ou no Layout dos documentos.